

“O PESSOAL É POLÍTICO”: OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E O DESCENTRAMENTO DO SUJEITO PÓS-MODERNO

Luisa Benevides VALLE*

■ **RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as implicações dos movimentos feministas para o descentramento do sujeito pós-moderno. Partindo da noção de sujeito vigente na Modernidade, isto é, de um Homem racional, único e situado no centro do conhecimento, analisaremos o abalo dessa noção na Pós-modernidade a partir dos movimentos feministas. Nosso recorte será o *slogan* feminista “o pessoal é político”: ao trazer a público questões até então confinadas ao privado, como o cuidado com os filhos ou a divisão doméstica do trabalho, tal noção abalou fortemente a ideia moderna de um sujeito inquestionável, senhor de si mesmo e detentor do conhecimento. O pessoal também adentrou a academia a partir da produção das intelectuais negras. Ao construir teorias fundamentadas em questões pessoais, situando a si mesmas enquanto sujeito e objeto de estudo, tais intelectuais provocaram grande descentramento na figura que, até então, estava no centro do conhecimento: o homem, europeu e branco. Por intermédio desse breve percurso, nossa hipótese é a de que os movimentos feministas abalaram fortemente as noções de “público” e “privado” na Pós-modernidade, o que contribuiu para o descentramento do sujeito nos dias de hoje.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Público. Privado. Sujeito. Feminismo. Pós-modernidade.

Introdução

Neste trabalho, buscaremos pensar na contribuição dos movimentos feministas para o descentramento do sujeito na Pós-modernidade. Em especial, centraremos a nossa atenção no *slogan* feminista “o pessoal é político”, refletindo sobre as implicações dessa afirmação para a concepção pós-moderna do sujeito. Ao abrir para o debate político questões até então limitadas à arena doméstica, tais como a sexualidade, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com os filhos etc., tal *slogan* abalou profundamente a clássica distinção moderna de “dentro” e “fora”. Nesse sentido, nossa pergunta central será: em que medida o abalo entre as noções

* Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Instituto de Letras. Departamento de Literatura Portuguesa. Rio de Janeiro, RJ, Brasil – luisabenevides@gmail.com.

de “privado” e “público”, suscitado por movimentos feministas, contribuiu para o descentramento do sujeito na Pós-modernidade?

Começaremos nosso percurso traçando uma breve trajetória acerca da concepção de “sujeito”, da Modernidade à Pós-modernidade: se, no período moderno, ele era visto como “indivisível”, “único” e dotado de uma “identidade imutável”, que permanecia a mesma ao longo do tempo no pós-moderno essa noção sofreu um grande descentramento. Diversos eventos contribuíram para o descentrar-se do sujeito pós-moderno; contudo, nosso recorte neste artigo serão os movimentos feministas.

Em seguida, faremos um esboço dos movimentos feministas na Pós-modernidade, centrando nosso olhar no famoso *slogan* “o pessoal é político”. Como veremos, tal afirmação exerceu importantes influências sobre diversas áreas, dentre as quais, o meio universitário. As intelectuais negras, por exemplo, ao terem formulado teorias partindo de suas próprias questões pessoais, provocaram um grande descentramento referente ao lugar ocupado por aquele, até então, estava no centro do conhecimento: o Homem, europeu e branco.

A fim de compreendermos melhor as implicações envolvidas nessas grandes agitações e questionamentos feministas, enriqueceremos nossa discussão com os conceitos de “público” e “privado”, concebidos por Hannah Arendt. Por fim, de posse dessa base teórica e de uma sucinta trajetória, faremos algumas reflexões que possam sustentar nossa hipótese de que os movimentos feministas, ao terem abalado as concepções de “público” e “privado” na era pós-moderna, contribuíram fortemente para o descentramento do sujeito em nossa atualidade.

Uma breve concepção de sujeito: da Modernidade à Pós-modernidade

No transcurso da história moderna, “sujeito” reunia, basicamente, dois significados: se, por um lado, ele era tido como indivisível, uma entidade unificada em seu próprio interior, por outro, essa entidade era vista como singular e única. Inteiro em si mesmo e distinto de todos os demais, sua imagem era a de um homem racional, que prezava a ciência e situava a si mesmo no centro do conhecimento. Sua identidade não era posta em questão; ao contrário, permanecia a mesma ao longo do tempo. Diante desse sujeito inteiro, único e indivisível, estendiam-se, em sua totalidade, a história humana e a do mundo, objetos a serem compreendidos e dominados. Diversos movimentos e pensadores contribuíram para a construção do sujeito moderno; pomos em destaque o Iluminismo e a concepção cartesiana de sujeito racional, pensante e consciente.

Judith Butler (apud SAFATLE, 2017, p. 173), ao pensar na noção moderna de “identidade”, define-a segundo uma ideia de “posse”: o indivíduo seria possuidor de si mesmo, definindo ele próprio sua identidade e decidindo, com controle e autonomia, o que veio fazer no mundo. Segundo essa concepção, haveria uma

identidade fundante e fixa, um “eu” anterior que manteria sua integridade frente à entrada no campo cultural.

É claro que vemos ressonâncias dessa concepção ainda em nossa época; muitas vezes, inclusive, essa é a identidade que tentamos adotar ou, ao menos, acreditar que possuímos: um “eu” autossuficiente, um sujeito que, em vez de se pôr em questão, prefere debruçar-se sobre o outro enquanto objeto de conhecimento. No entanto, se, no século XVIII, era possível imaginar a vida moderna centrada no indivíduo “sujeito-da-razão”, sua compreensão – à medida que as sociedades se tornavam mais complexas – adquiria cada vez mais uma forma social e coletiva.

Da complexificação das sociedades advinha a concepção de um sujeito cada vez mais social. A visão de um indivíduo inteiro, único e possuidor de si mesmo foi pouco a pouco dando lugar à noção de que ele era, sobretudo, definido no interior das grandes estruturas e formações da sociedade moderna. Alguns eventos contribuíram para essa outra forma de pensar o sujeito, como o surgimento das novas Ciências Sociais, que tomaram como objeto de estudo justamente o indivíduo nas complexas imbricações com a sociedade. O advento da Biologia darwiniana foi de igual importância: a razão já não era soberana, e, assim, passou a basear-se na natureza, no desenvolvimento fisiológico do cérebro humano.

Outros movimentos contribuíram para o descentramento do sujeito moderno: para além de movimentos feministas, mencionamos o advento da Psicanálise e os estudos marxistas. Mas o que nos interessa, agora, é que, graças a tais eventos, pouco a pouco a identidade foi deixando de ser vista enquanto entidade pronta em si mesma, tornando-se antes um processo em contínua transformação:

Em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (HALL, 2006, p. 39).

Devido a essa mudança na maneira de interpretar o conceito de “identidade”, ou melhor, de “processos de identificação”, fizeram-se teorias atualizadas, em frequente retroalimentação. Se Judith Butler (apud SAFATLE, 2017, p. 184), por exemplo, definia a identidade do sujeito moderno em termos de “posse”, ao falar do sujeito pós-moderno ela alude à “desposseção”. A definição de quem somos passa por um reconhecimento, e este, necessariamente, por um Outro, que nos reconhece e, pois, que não podemos controlar. Somos despossuídos de nós mesmos no momento em que estamos diante do Outro: a narrativa autoconsciente que buscamos fornecer é interrompida, deixando em evidência uma certa opacidade que, a um só tempo, nos escapa e nos define:

A opacidade do sujeito pode ser uma consequência do fato de se conceber como ser relacional, cujas relações primeiras e primárias nem sempre podem ser apreendidas pelo conhecimento consciente. (...) Se somos formados no contexto de relações que para nós se tornam parcialmente irrecuperáveis, então essa opacidade parece estar embutida na nossa formação e é consequência da nossa condição de seres formados em relações de dependência (BUTLER, 2017, p. 32).

Em suma, se, na Modernidade, estávamos diante de um sujeito inteiro, único e possuidor de si mesmo, que, ao invés de se questionar, questionava o Outro enquanto objeto de seu estudo, na Pós-modernidade o que vemos são sujeitos que colocam cada vez mais a si mesmos em processos de análise e questionamentos. Somos descentrados, fragmentados e, se temos algo de estável em nosso processo de identificação, esse algo nada mais é do que uma opacidade ou, para usar as palavras de Hannah Arendt, uma sombra que nos escapa a todo momento:

É altamente improvável que nós, que podemos conhecer, determinar e definir as essências naturais de todas as coisas que nos rodeiam e que não somos, sejamos capazes de fazer o mesmo a nosso próprio respeito: seria como pular sobre nossas próprias sombras (ARENDR, 2020, p. 13).

Os movimentos feministas e o *slogan* “o pessoal é político”

Conforme dissemos, os movimentos feministas estão entre os grandes eventos sociais da Pós-modernidade (nesse caso, na segunda metade do século XX), com implicações decisivas no descentramento do sujeito cartesiano. Diversas foram suas contribuições e questionamentos, assim como a capilaridade de suas atuações, tornando-se impossível falarmos de “feminismo” (no singular). Por ora, lidaremos com o *slogan* “o pessoal é político” e suas consequências para o descentrar-se do sujeito moderno.

Ao politizar questões até então pessoais, os movimentos feministas questionaram as clássicas distinções entre “dentro” e “fora”, “privado” e “público”. O sujeito não era mais visto como se seu “dentro”, seja este o lar ou seu íntimo, fosse inquestionável, seguro e indivisível, restando-lhe o conhecimento e a dominação sobre o “fora”, este sim, passível de ser estudado. Ao contrário, ao abrir para a contestação política temas como “sexualidade”, “trabalho doméstico”, “divisão doméstica do trabalho”, “cuidado com as crianças” etc., o que se fez foi trazer à luz questões até então intransponíveis.

A politização de questões pessoais influenciou fortemente a forma de se teorizar e pensar o âmbito acadêmico. A escritora bell hooks, por exemplo, ao partir

de questões pessoais para a sua produção teórica, enxerga na teoria uma prática social que pode ser libertadora. Enquanto intelectual, negra e mulher, ela busca formular uma teoria baseada em sua própria experiência vivida, na esperança de atingir uma libertação ao nomear sua própria dor:

Se o testemunho pessoal, a experiência pessoal, é um terreno tão fértil para a produção de uma teoria feminista libertadora, é porque geralmente constitui a base da nossa teorização. Enquanto trabalhamos para resolver as questões mais prementes da nossa vida cotidiana (...), nos engajamos num processo crítico de teorização que nos capacita e fortalece (HOOKS, 2017, p. 97).

Uma das grandes contribuições das intelectuais negras reside justamente no fato de elas se nomearem, fazerem teoria ao falarem de si. Elas opõem o academicismo tradicional, supostamente neutro e universal, a uma epistemologia que inclui o pessoal e o subjetivo. O que se afirma, nessa mudança radical de perspectiva, é que não existe um discurso supostamente neutro – falamos todos de um tempo, de um lugar, de uma dor específica. Em outras palavras, não há a crença em uma identidade inerte, já conquistada num dado momento do tempo e externa ao seu objeto de estudo. Nessa nova perspectiva, as pesquisas já não partem de um “eu”, sujeito global e globalizante do discurso, em oposição ao “Outro”, objeto a ser analisado e dominado.

Afirmar que o “pessoal é político” vai além, portanto, da politização de questões até então circunscritas à arena doméstica. Ao construir teorias falando de si, nomeando a si mesmas e expondo suas trajetórias, as intelectuais negras subvertem igualmente o paradigma tradicional em que o pesquisador, em geral homem, branco e europeu, é o sujeito a se debruçar sobre seu objeto de estudo – este sim, podendo ser composto por minorias sociais, tais como o negro e a mulher. É nesse sentido que Grada Kilomba, escritora e intelectual negra, nos fala de seu processo de escrita:

Escrever este livro foi, de fato, uma forma de me transformar, pois aqui eu não sou a ‘Outra’, mas sim eu própria. Não sou o *objeto*, mas o *sujeito*. Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político (KILOMBA, 2019, p. 27-28).

Em poucas palavras, por intermédio da teorização do pessoal, o que se fez foi subverter o referencial de que partia o conhecimento: aquele do Homem racional, que prezava a ciência e que, quase invariavelmente, era europeu e branco. Os movimentos feministas, em especial as feministas negras, fizeram eclodir outros pontos de vista, outros referenciais, contribuindo fortemente para o descentramento do sujeito moderno. Além da teorização que incluía o pessoal e o subjetivo, esse

descentramento também se deu mediante o resgate de toda uma produção literária escrita por mulheres:

Produzir um *corpus* de literatura feminista junto com a demanda de recuperação da história das mulheres foi uma das mais poderosas e bem-sucedidas intervenções do feminismo contemporâneo. Em todas as esferas da escrita literária e da bibliografia acadêmica, trabalhos produzidos por mulheres haviam recebido pouca ou nenhuma atenção, uma consequência da discriminação de gênero. Notavelmente, quando o movimento feminista expôs preconceitos na composição e currículos, muitos desses trabalhos esquecidos e ignorados foram redescobertos (HOOKS, 2019, p. 42).

O aparecimento de pontos de vista diversos, não unificados ou centralizados num único referencial de sujeito fez-se notar igualmente em áreas para além da produção acadêmica. De fato, a eclosão dos movimentos feministas nos anos 1960 se deu num momento histórico de enfraquecimento de organizações políticas de massa, em prol de sua fragmentação em vários e separados movimentos sociais. “Cada movimento apelava para a identidade social de seus sustentadores – nascimento histórico da ‘política de identidade’ – uma identidade para cada movimento” (HALL, 2006, p. 45).

Através dessa rápida exposição, pôde-se ver o quanto os movimentos feministas contribuíram para uma forte agitação e descentramento do sujeito moderno. No tópico a seguir, faremos uma breve análise das noções de “público” e “privado” de acordo com Hannah Arendt, a fim de enriquecermos nosso debate: quando os domínios “públicos” e “privados” se agitam e se reconfiguram, quais são as consequências para a concepção de “sujeito”?

Domínios público e privado em Hannah Arendt

Em *A condição humana* (2020), Hannah Arendt nos traz importantes contribuições no que se refere aos domínios público e privado ao longo da história. Para compreendermos essa questão nos dias de hoje, é necessário um passeio à Grécia Antiga, onde ambas as noções eram bem delimitadas. Naquele tempo, o domínio privado era o âmbito da casa, e o que nela estava em jogo eram as necessidades da vida: “A comunidade natural do lar nascia da necessidade”, nos diz Hannah Arendt (2020, p. 37). A atividade correspondente ao processo biológico do corpo humano consistia no trabalho, sendo este diferente para homens e mulheres: enquanto aos homens cabia a manutenção individual, ou seja, o sustento, às mulheres cabia a sobrevivência da espécie, quer dizer, o parto.

No entanto, a fim de se tornar inteiramente humano, era imprescindível que o homem ultrapassasse o domínio instintivo e natural da vida privada. Adentrar a

pólis significava a vitória sobre as necessidades da vida no lar rumo à liberdade em expressar opiniões. O domínio público coincidia com a vida política, “espaço de afirmação e reconhecimento de uma individualidade discursiva” (ANTUNES, 2004, p. 3). A política, portanto, era a única característica essencialmente humana, pois representava a superação da organização instintiva e biológica da casa e da família. Todavia, é importante ressaltar que o espaço da *pólis* era restrito aos homens:

Na antiguidade, a principal divisão do trabalho era entre a vida no lar e a vida no mundo. Somente esta última era plenamente digna do homem e, naturalmente, a noção de igualdade entre o homem e a mulher (...) estava inteiramente ausente (ARENDDT, 2020, p. 59).

Para Arendt, a atividade correspondente à vida política consistia na ação, única a ocorrer diretamente entre os homens, sem qualquer tipo de mediação. A *pólis* era o terreno da ação e do discurso, tendo como condição essencial a pluralidade de opiniões. Entretanto, enquanto ao homem cabia a ação na *pólis*, ou ao menos a possibilidade de ação, à mulher restringia-se o trabalho no lar, sendo-lhe vedado o ingresso num modo de vida inteiramente discursivo. Ao contrário, seu trabalho era, antes de tudo, ligado a funções corporais: ela se escondia no lar para garantir a sobrevivência física da espécie. De acordo com Arendt (2020, p. 89), “mulheres e escravos pertenciam à mesma categoria e eram escondidos não somente porque eram propriedade de outrem, mas porque sua vida era ‘trabalhosa’ (*laborious*), dedicada a funções corporais”.

Todavia, com o advento da sociedade moderna, o abismo entre lar e política desaparece. Com sociedade, entende-se a ascensão da administração do lar, ou seja, o sombrio interior da casa alcança a luz da esfera pública. Seus membros agem como se pertencessem a uma enorme família, cabendo ao poder público a tarefa de garantir seus interesses privados. Em outras palavras, o político passa a constituir “o receptáculo dos interesses domésticos” (ANTUNES, 2004, p. 4).

Ao agirem enquanto membros de uma única família, o que temos é a absorção de vários grupos sociais por uma sociedade única, com a uniformização de opiniões e interesses. A homogeneização da sociedade alcança o domínio público, restando à distinção e à diferença o espaço privado do indivíduo. Nas relações sociais, o que vemos, portanto, é o desaparecimento da pluralidade da discussão política em prol de uma vontade geral normatizada. Como consequência, “os homens se tornam privados de ver e ouvir os outros e de ser vistos e ouvidos por eles” (ARENDDT, 2020, p. 71).

Se, na Antiguidade, as necessidades vitais restringiam-se à esfera do lar, na sociedade moderna a dependência mútua em prol da vida adquire importância pública. As necessidades corporais de subsistência já não precisam ser escondidas no domínio privado; ao contrário, o que assistimos agora é à divulgação pública de funções

corporais e preocupações materiais. Contudo, tal divulgação, longe de consistir numa politização em prol de uma pluralidade de opiniões, reflete antes a captação, pelo interesse público, de aspectos como alimentação, procriação e trabalho.

É nesse contexto de uniformização de interesses e de ascensão do trabalho à esfera pública que a possibilidade de ação, condição de toda vida política, dá lugar ao *comportamento*, passível de ser quantificado, previsto e normatizado. Surgem, assim, a moderna ciência da Economia e o seu principal instrumento técnico, a Estatística. No entanto, segundo Arendt (2020, p. 60):

Embora nos tenhamos tornado excelentes na atividade do trabalho que realizamos em público, a nossa capacidade de ação e de discurso perdeu muito de seu antigo caráter desde que a ascendência do domínio social banuiu estes últimos para a esfera do íntimo e do privado.

Em poucas palavras, constata-se, nas sociedades modernas, uma defasagem entre as capacidades técnicas, relacionadas ao trabalho, e o desenvolvimento humanístico, enquanto capacidade de ação e discurso. No entanto, cabe agora a pergunta: tendo em vista que a obra *A condição humana* foi publicada em 1958, ou seja, antes da eclosão dos movimentos sociais pós-modernos, como podemos refletir sobre essa defasagem nos dias de hoje? Ao politizar questões antes restritas ao domínio privado da mulher, estariam os movimentos feministas levando a distinção e a diferença outra vez ao domínio público? Podemos ainda vislumbrar a possibilidade de construção desse domínio? Seriam a ação e o discurso passíveis de serem novamente politizados, nem que fosse de outros modos e enquanto possibilidade futura? No tópico a seguir, procuraremos articular os abalos e as subversões provocados pelos movimentos feministas sobre o domínio público, conforme considerações elaboradas por Hannah Arendt.

O domínio público em Arendt e os movimentos feministas

Hannah Arendt (2020, p. 61) define “domínio público” a partir de dois fenômenos. Em primeiro lugar, público é o que é visto e ouvido por todos, sendo a ampla divulgação o que garante às coisas a aparência de “realidade”. As forças da vida íntima, entretanto, levam uma existência sombria e duvidosa, a menos que sejam transformadas e desprivatizadas, assumindo um aspecto adequado à aparição pública. Como exemplos de processos de desindividualização, a autora cita a narração de histórias e a transposição artística de experiências individuais.

Ora, ao levar para o debate público questões até então circunscritas à arena privada, não estariam os movimentos feministas atribuindo realidade a questões até então “invisíveis”? Na discussão sobre temas como “cuidado com os filhos”,

“divisão doméstica do trabalho”, “maternidade”, “sexualidade”, dentre outras, o que se observa, para além da realidade dessas questões, são os processos de subjetivação da mulher. Ao levantar pautas que lhe são caras, a mulher levanta a si mesma enquanto sujeito. Afinal, como nos diz Arendt (2020, p. 62):

Toda vez que falamos de coisas que só podem ser experimentadas na privacidade ou na intimidade, trazemo-las para uma esfera na qual assumirão uma espécie de realidade que, a despeito de sua intensidade, elas jamais poderiam ter tido antes. A presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos.

Em segundo lugar, o domínio público consiste no próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós. Estamos aqui no terreno do artefato humano, ou seja, num mundo de coisas interposto entre nós que, ao mesmo tempo em que nos separa e diferencia, garante nossa convivência. Dito de outro modo, se o domínio público nos reúne a partir de um mundo em comum, ele igualmente evita que caiamos uns sobre os outros.

Com a uniformização de opiniões e interesses na sociedade moderna, o que assistimos é à extinção do domínio público enquanto um mundo comum capaz de congregar, relacionar e separar as pessoas: “o mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite apresentar-se em uma única perspectiva” (ARENDRT, 2020, p. 71). Sem o domínio público, vivemos uma vida inteiramente privada, privando-nos tanto da realidade que advém do fato de sermos vistos e ouvidos por outros, quanto de uma relação objetiva advinda de um mundo comum de coisas que nos ligam e separam uns dos outros. Como consequência, privamo-nos de tudo aquilo que nos torna verdadeiramente humanos: “A privação da privacidade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não aparece, e, portanto, é como se não existisse” (Ibid., p. 72).

Vimos que, ao longo da sociedade moderna, a concepção de “sujeito” centrava-se no Homem racional, cartesiano e detentor do conhecimento. Frente a essa unificação, restava à distinção e à diferença o domínio privado, com o conseqüente desaparecimento da pluralidade na discussão política. Nesse contexto, ao trazer para a arena pública questões pessoais, os movimentos feministas ao mesmo tempo em que levam a diferença para o debate público rompem com a imagem unificada do sujeito moderno cartesiano.

Ademais, com a eclosão de pontos de vista diversos e não unificados não dispostos num único referencial de sujeito, as grandes organizações políticas de massa fragmentam-se em movimentos sociais diversos, cada qual apelando para a identidade social de seus sustentadores. As conseqüências disso são valiosíssimas, pois, de acordo com Arendt (2020, p. 70):

A importância de ser visto e ouvido por outros provém do fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes. É esse o significado da vida pública, em comparação com a qual até a mais fecunda e satisfatória vida familiar pode oferecer somente o prolongamento ou multiplicação de cada indivíduo, com os seus respectivos aspectos e perspectivas.

Diante disso, nossa hipótese é a de que, dentro do contexto pós-moderno de eclosão de movimentos sociais diversos, os movimentos feministas contribuíram – (e ainda contribuem) para a construção de um mundo em comum. Na verdade, é como se, ao erguerem suas próprias pautas pessoais, as mulheres erguessem a si próprias enquanto sujeitos, atestando a realidade de suas causas e de si mesmas. Nessa atribuição de realidade, elas contribuem para a construção de uma pluralidade de opiniões e de interesses, acenando para a possível construção de um domínio público.

Considerações finais

Após esta breve exposição, podemos agora nos perguntar: como ficam os processos de subjetivação relativos à mulher frente à oscilação entre “público” e “privado” tanto na Antiguidade quanto na Modernidade? Tendo sido privadas do domínio público na Antiguidade – o qual garantia o reconhecimento de uma individualidade discursiva e, pois, humana –, de que maneira se davam os processos de diferenciação e identificação femininas? Formulações como essa sequer faziam sentido naquele momento.

Com o advento da sociedade moderna, assistimos ao desaparecimento do domínio público: Graças ao advento da sociedade moderna, desapareceu o domínio público: a pluralidade de opiniões e a liberdade discursiva deram lugar à uniformização de interesses. Nestes tempos, o que predomina é uma visão de sujeito centrada na imagem de um Homem racional, cartesiano e situado no centro do conhecimento. Os processos de subjetivação relativos à mulher mantêm-se invisibilizados: falar de pautas caras à mulher, ou mesmo de suas particularidades, continua não fazendo sentido.

É com a eclosão dos movimentos feministas na Pós-modernidade que vemos um aceno para a construção da realidade da mulher enquanto sujeito. Ao levarem para o espaço público suas próprias questões, as mulheres clamam para si um olhar de reconhecimento, o qual, como visto em Butler (apud SAFATLE, 2017, p. 182), é o que garante nossa existência subjetiva. Se, antes, a concepção de “sujeito” era vista a partir de uma centralização, os processos de identificação pós-modernos passam agora por um descentrar-se e fragmentar-se contínuos.

Por fim, enquanto, na sociedade moderna, o âmbito político se reduzia a um receptáculo dos interesses domésticos, uniformizados e centrados na figura

do sujeito cartesiano, o advento dos movimentos sociais na Pós-modernidade suscita interesses diversos, cada qual acenando para a realidade de seu sujeito em particular. O doméstico passa a invadir o público, não para reivindicar interesses particulares, mas sim, em prol da politização de questões até então tidas como “íntimas” e “intransponíveis”, trazendo para o debate a pluralidade de opiniões e a afirmação de realidades diversas.

Numa hipótese final, arriscamo-nos a dizer que, se, na sociedade moderna, assistíamos à domesticação do político, o que os movimentos sociais, a exemplo dos feministas, nos trazem agora é a possibilidade de politização do doméstico.

VALLE, L. B. “*The personal is political*”: *feminist movements and the decentration of the postmodern subject*. **Itinerários**, Araraquara, n. 55, p. 173-184, jul./dez. 2022.

■ **ABSTRACT:** *This article aims to reflect on the implications of feminist movements for the decentering of the postmodern subject. Starting from the notion of subject in Modernity, that is, of a rational Man, unique and at the center of knowledge, we will analyze the impact of this notion in Postmodernity from the perspective of feminist movements. Our focus will be the feminist slogan “the personal is political”: by bringing to the public issues hitherto confined to the private, such as childcare or the domestic division of labor, this notion has strongly shaken the modern idea of an unquestionable subject, mister of himself and holder of knowledge. Personal issues also entered the academy, thanks to the production of black feminists. By constructing theories starting from personal questions, placing themselves as subject and object of study, these intellectuals provoked a great decentering in the figure situated so far at the center of knowledge: that of Man, European and white. From this brief journey, our hypothesis is that feminist movements have strongly shaken the notions of public and private in postmodernity, contributing to the decentering of the subject today.*

■ **KEYWORDS:** *Public. Private. Subject. Feminism. Postmodernity.*

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. A. O público e o privado em Hannah Arendt. **Biblioteca on-line de ciências da comunicação**. Portugal: Universidade da Beira Interior, 2004, p. 1-14. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/antunes-marco-publico-privado.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2023.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

SAFATLE, V. Dos problemas de gênero a uma teoria da desposseção necessária: ética, política e reconhecimento em Judith Butler. In: BUTLER, J. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 173-196.

